

Nacionalismo: Vinho Velho em Garrafas Novas, ou Vinho Novo em Garrafas Velhas?

João Gomes Cravinho

*Professor Auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
Professor Convidado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e no ISCTE.
Assessor do Instituto da Defesa Nacional.*

Isaiah Berlin coloca lucidamente o dedo numa ferida importante: uma das tendências mais difíceis de explicar em todo o pensamento político ocidental dos dois últimos séculos é a forma como sistematicamente se tem subavaliado a importância do nacionalismo¹. Tanto para marxistas como para liberais, embora naturalmente que por razões diferentes, a Guerra Fria foi uma era em que predominava a ideia de um gradual desaparecimento das paixões nacionalistas. Para os primeiros as identidades de classe iriam impor-se, enfraquecendo os elos identitários baseados na nacionalidade ou na etnicidade. Para os segundos, as várias teorias de modernização encaminhariam as populações no sentido de uma participação cada vez mais aprofundada na sociedade global, resultando numa fragmentação das identidades nacionais e étnicas.

Como é óbvio, para qualquer observador do final do século XX, estas previsões estão nas antípodas daquilo que parece ser hoje o caso. Chou En-Lai, segundo se afirma, terá dito que era ainda cedo para termos uma opinião abalizada acerca da revolução francesa. Tinha provavelmente razão. Quanto ao nacionalismo, há razões para se pensar que a mesma reserva se aplica: verificamos, consensualmente, que o nacionalismo está longe de morto, mas se nos sobram evidências faltam-nos certezas quanto ao significado e à longevidade das actuais manifestações nacionalistas. Hobsbawm, por exemplo, incluiu um capítulo novo na segunda edição do seu *Nations and Nationalism Since 1780* para comentar os desenvolvimentos resultantes do descalabro do império soviético entre 1989 e 1992, mas nem por isso deixa de pensar que testemunhamos apenas o estertor final do nacionalismo².

Este texto propõe analisar alguns aspectos de manifestações nacionalistas no final do século XX, recorrendo a uma discussão sobre as várias escolas de pensamento que animam os estudos sobre o tema no intuito de investigar uma das questões centrais que se colocam hoje. Na sua formulação mais genérica podemos repetir a interrogação de Gil Delannoï:

1 "But in all this great array of elaborate, statistically supported serious futurology mingled with free fantasy, there took place one movement which dominated much of the nineteenth century, for which no significant future was predicted, a movement so familiar to us now, that it is only by some effort of imagination that one can conceive of the world in which it played no part. Its existence and its power seem to us so self-evident today that it appears strange to have to draw attention to it as a phenomenon the prophets before our day, and in our time too, virtually ignored; ... This movement is nationalism". Isaiah Berlin, 1972: 243.

2 Hobsbawm, 1992: 173-192.

*Deveremos considerar que todos os nacionalismos são a manifestação de uma só e mesma tendência que atravessa o tempo e o espaço, ou reconhecer a diversidade intrínseca dos nacionalismos em diferentes lugares, em diferentes épocas? O nacionalismo será uma constante política (pelo menos da política de massa moderna) um estado mais ou menos eruptivo que, coberto por vezes por uma tampa, parece de quando em quando desaparecer?*³

Dito de forma mais incisiva, procuraremos responder à provocante afirmação de Hobsbawm, segunda a qual a actual conflitualidade nacionalista na Europa deve ser entendido apenas como “*as sementes de Versailles e Brest Litovsk que continuam a germinar*”⁴. Estaremos de facto a testemunhar as consequências do trabalho inacabado de 1918-21 (e quando acabará esse trabalho?), ou, por outro lado, será necessário reflectir sobre desenvolvimentos mais recentes para compreender estes novos nacionalismos?

TERMINOLOGIA

Obrigatoriamente, qualquer texto que se propõe falar de nacionalismos tem de começar por estipular a forma como entende esta palavra, e outras que lhe estão próximas, de forma a evitar as confusões terminológicas que com tanta frequência nos confundem. Por outro lado, há que evitar o erro oposto que consiste em definir termos com demasiado rigor, deixando pouco espaço aberto para a investigação e para a confrontação de ideias, já que as definições contêm pressupostos implícitos sobre a natureza daquilo que se procura compreender.

Tendo em conta este equilíbrio, proponho definir os conceitos de forma genérica, utilizando tanto quanto possível os poucos espaços de consenso que existem, mantendo a possibilidade de imbuirmos os conceitos de um significado mais apurado após discussão de algumas questões prévias. Assim, o termo ‘nacionalismo’ é aqui utilizado para referir os movimentos políticos que pugnam por fazer coincidir a unidade nacional com a unidade política. Isto significa desde logo que o nacionalismo não pode

3 Delannoi, 1998: 33-34.

4 Numa tradução livre de Hobsbawm, 1992: 164: “The eggs of Versailles and Brest Litovsk are still hatching”.

ser compreendido sem referência a um estado (que pode ser hipotético ou desejado), o que por sua vez implica uma população (aquela que os nacionalistas consideram ser a nação), um território (que pode estar ocupado por outros) e o reconhecimento internacional (que é um objectivo prático pois diminui o grau de insegurança do estado).

Para exemplificar as consequências desta definição podemos dizer que ela inclui o conceito de nacionalismo palestiano mas exclui o conceito de nacionalismo árabe, já que a ideia de criar um estado árabe não tem expressão relevante no actual panorama político. Este mesmo exemplo serve ainda para sublinhar o carácter conjuntural de nacionalismos específicos, visto que em outros momentos deste século houve efectivamente um nacionalismo árabe⁵.

A forma como acabo de definir o nacionalismo seguramente que não merecerá unanimidade, mas penso que corresponde aos objectivos enunciados, nomeadamente porque, primeiro, corresponde à forma como o termo é maioritariamente utilizado e, segundo, porque deixa em aberto um razoável campo de debate. Porém, já não é possível definir o termo 'nação' de acordo com estes mesmos objectivos visto que, um, o termo é utilizado de forma demasiado diversa e, dois, visto qualquer definição interromper claramente certas linhas de raciocínio. Tomar-se-à claro ao longo deste artigo que há outras formas de definir nações (ou "a nação"), mas será útil, de qualquer maneira propor um ponto de partida, que aqui consiste numa adaptação daquela que é proposta por Peter Alter⁶: uma nação é um grupo social que desenvolveu uma consciência identitária em função de um processo histórico que pode conter elementos de natureza linguística, cultural, religiosa ou política. A nação pretende obter, ou preservar, a auto-determinação através do estado-nação, e atribui a si própria primazia em relação a outros elos identitários. No ênfase que se coloca sobre as componentes subjectivas, esta definição segue na tradição inaugurada por Renan, que considerava a nação como "um plebiscito diário"⁷, e não entra em confronto com a abordagem proposta por Gellner⁸.

5 Num interessante artigo, Martin Kramer descreve o assunto do seguinte modo: "But whatever the prospects of Arab nationalism, its history to this point represents one of the most remarkable instances of the rapid birth, rise, and decline of any modern nationalism." (1993: 172). Repare-se que esta definição não nega a ideia de uma identidade árabe, que existe e é claramente importante, e também não elimina a possibilidade de um futuro nacionalismo árabe.

6 Ver Alter (1989: 9-18)

7 Ver o excerto de *Qu'est-ce qu'une nation?* (1882) reproduzido em Hutchinson e Smith (1994: 17-18).

8 Gellner, 1983: 5-7, 53-62.

A distinção entre nação e etnia reside portanto na consciência e mobilização política da nação. Anthony Smith faz uma listagem dos seis atributos que ele considera estarem presentes em qualquer etnia⁹:

1. Um nome próprio colectivo.
2. Um mito de linhagem comum.
3. Memórias históricas partilhadas.
4. Um ou mais elementos diferenciadores de cultura comum.
5. A associação a uma terra natal específica.
6. Um sentido de solidariedade em sectores significativos da população.

Considero que esta listagem retrata fielmente aquilo que entendo por etnia, desde que se tenha presente que todos estes atributos evoluíram em função de determinadas condições históricas. Não existe nenhuma ligação necessária entre etnias e nações: muitas etnias nunca chegam a ser nações¹⁰; e muitas nações são criadas a partir de várias etnias, normalmente em torno de uma dominante¹¹. Tanto etnias como nações são construções sociais, com um grau variável de fundamentação histórica, mas em certas circunstâncias uma consciência étnica pode passar a ser uma consciência nacionalista, devido à mobilização política em torno da ideia da auto-determinação. Esta transição é incerta e gradual (mesmo que por vezes rápida), atingindo primeiro alguns sectores do grupo social, e alastrando de seguida para outros sectores. Trata-se no entanto de um processo que é mais fácil identificar no concreto que definir no abstracto, pois as particularidades de cada caso ganham preponderância em qualquer trabalho comparativo.

Importa ainda referir uma distinção entre nacionalismo étnico e nacionalismo cívico¹². De uma forma resumida e simplificada podemos

9 Smith, 1997: 37.

10 Ver a este propósito Gellner, 1983: 43-50.

11 Smith, 1985: 132.

12 Parece-me que esta terminologia é a mais adequada e é provavelmente utilizada pela maioria de estudiosos da matéria. Existem no entanto autores que utilizam outros termos para falar dos mesmos conceitos. Dois exemplos: Hutchinson (1987), fala de nacionalismo político (= cívico) e nacionalismo cultural (= étnico); Hans Kohn (citado por Hutchinson) refere-se a nacionalismo racional (= cívico) e nacionalismo místico (= étnico).

dizer que o nacionalismo cívico é aquele que entende a nação como sendo composta pelos cidadãos, isto é, todos aqueles que compõem o conjunto populacional de um dado território, e que estão empenhados em obter ou manter a independência baseada num conjunto de valores partilhados. O nacionalismo britânico, sendo sentido por ingleses, escoceses, galeses e irlandeses, e mais recentemente por importantes minorias de origem asiática e caribenha, só pode ser entendido como um nacionalismo cívico. O nacionalismo dos Estados Unidos é também essencialmente cívico, como não podia deixar de ser num país de imigração. E o nacionalismo desencadeado em França pela Revolução de 1789 fundamentou-se no conceito de soberania popular, isto é, da soberania dos cidadãos.

Nacionalismo étnico, por outro lado, é o nacionalismo que deriva a sua legitimidade, em exclusivo, de uma etnicidade prévia, antiga em alguns casos e recente noutros. É o nacionalismo romântico de Herder, que por vias complexas atingiu o seu auge no nacionalismo messiânico de Hitler. Trata-se de uma noção fatalista do nacionalismo, pese embora a natureza fluida e historicamente construída da etnicidade, pois considera que é a comunidade predefinida que determina a inserção social de cada indivíduo, ao contrário do nacionalismo cívico no qual os indivíduos definem a natureza da comunidade. Devido a esta característica, podemos dizer que o nacionalismo étnico nada adianta sobre a distribuição de poder e recursos no interior da comunidade étnica, enquanto que o nacionalismo cívico contém sempre um conjunto de regras, alteráveis, segundo os quais os cidadãos resolvem litígios entre si. Enquanto que o nacionalismo cívico é tendencialmente (importa sublinhar a palavra) democrático, o nacionalismo étnico é tendencialmente autoritário e dependente de uma liderança carismática.

A distinção entre nacionalismo étnico e cívico importa sublinhar é uma abstracção teórica que nem sempre é aplicável na prática. Em qualquer dos casos, e este ponto é importante para as ideias que aqui se desenvolvem, as duas formas estão quase sempre ambas presentes em doses diferenciadas. Esta presença simultânea, e a forma como os dois tipos de nacionalismo se interrelacionam, é determinante para o desenvolvimento da textura específica de cada nacionalismo.

O NACIONALISMO NA ERA MODERNA

Nos textos introdutórios às relações internacionais vamos encontrar, quase sempre, referências a dois momentos chave no reconhecimento internacional da força do nacionalismo. O primeiro ocorreu em França aquando da Revolução de 1789, tantas vezes referida como o berço do nacionalismo moderno¹³. O segundo chegou no início daquilo que Hobsbawm chama “o curto século XX”, na sequência da Primeira Guerra Mundial¹⁴.

A partir das revoluções americana e francesa, atribuindo coerência a um longo processo de reorganização socio-política¹⁵ começou a aparecer no palco internacional uma nova força: a ideia de soberania popular, uma versão precoce do nacionalismo que posteriormente assolou a Europa e boa parte do resto do mundo. Durante duas décadas a Europa viveu conturbada por ventos revolucionários até que, no Congresso de Viena de 1815, as potências conservadoras estabeleceram uma ordem internacional que é um equilíbrio entre tentações absolutistas e perdições populares, e entre aspirações políticas e imperativos económicos¹⁶. Na Europa do século XIX, em função desta disposição internacional, convivem estruturas políticas territorialmente estáveis no ocidente atlântico (Portugal, Espanha, França, Reino Unido), movimentos nacionalistas congregadores (Alemanha, Itália) na antigo Sacro-Império Romano, e velhos impérios multinacionais (Austro-Hungria, Império Otomano, Império Russo). Ainda seguindo o guião habitual, o fim da Primeira Guerra Mundial marcou o estabelecimento do direito dos povos a disporem de si próprios como um princípio orientador da sociedade internacional, agora entendida como sendo composta pelos continentes europeu e americano,

13 Mas vale a pena reflectir sobre a utilização específica do conceito de ‘Nação’ na França revolucionária. Schama (1989: 292-293) sublinha que o conceito servia essencialmente como um instrumento retórico para a desclassificação de aristocratas, um contexto que explica a história contada por Peter Taylor (1993: 195): um dia um bando de camponeses revolucionários vêem a passar pelo seu distrito um senhor bem vestido que não conhecem. Pensando que o senhor podia ser algum elemento aristocrático, representante da velha ordem, abeiraram-se dele e exigiram que ele gritasse “Vive la nation” como prova das suas lealdades. Naturalmente que ele cedeu, gritando aquilo que era preciso. Vitoriosos e satisfeitos, mas algo acanhados, os camponeses perguntaram-lhe, “Já agora, será que nos podia explicar o que é a nação?”.

14 Hobsbawm (1994).

15 Ver por exemplo, as diversas ópticas de Anderson (1983), Tilly (1995); ou Porter (1994, especialmente capítulo 4).

16 Ver a apreciação que Gellner (1998: 35-49) faz das teses de E.H.Carr em *Nationalism and After* (1945).

acrescida de uma poucas exceções. É costume dizer-se que este princípio se estabeleceu por força da intervenção do Presidente americano Woodrow Wilson, nomeadamente através do famoso discurso dos “Quatorze Pontos”. Esta simplificação histórica tem o mérito de sublinhar a força com que uma ideia ou um princípio podem gerar a sua própria e imprevisível dinâmica, esquecendo embora que as complexidades do período imediato à Primeira Guerra Mundial dificilmente permitem uma leitura tão linear. Tal como nos lembra Hobsbawm, a ideia de libertar as “nações encarceradas” surgiu como resposta imediata a dois problemas concretos: o vácuo de poder que resultou da implosão dos impérios austro-húngaro e otomano; e o tipo de emancipação proposto pela revolução bolchevique¹⁷. Aliás, o discurso de Wilson foi claramente dedicado à resolução de problemas práticos com que os vencedores se defrontavam e não a uma visão de uma nova arquitectura universal.

De qualquer forma, a seguir à Guerra sentia-se por toda a Europa a influência de ferozes nacionalismos exclusivistas e intolerantes, bem diferentes do nacionalismo liberal que Wilson imaginava ser os alicerces de uma sã convivência internacionalista¹⁸. A configuração de identidades étnicas e nacionais neste velho continente, testemunho de tantas miscegenações e migrações, forçadas ou voluntárias, não permitia que o princípio de fazer coincidir estados com grupos identitários fosse mais que um princípio genérico, com quase tantas cláusulas de excepção como havia minorias espalhadas pela extensão do continente. Segundo os números repetidos de texto em texto, a reorganização política do continente a partir da Conferência de Versalhes reduziu para metade o número de pessoas sujeitas a governação alheia; os trinta milhões que sobraram deixaram no entanto de ser “povos oprimidos”, passando ao estatuto de “minorias étnicas”.

Esta descrição da eclosão do nacionalismo no panorama político internacional, acompanhado da sua imperfeita tradução jurídica – o conceito de autodeterminação dos povos – deixa em aberto inúmeras pistas para a investigação. Procurará-se-à aqui seguir uma dessas pistas, nomeadamente aquela que trata do relacionamento entre nacionalismo e estado, e a forma como este relacionamento tem vindo a evoluir ao longo deste século. Em especial parece-nos oportuno reflectir sobre a relação nacionalismo-estado

17 Hobsbawm, 1992: 131.

18 Ver Cassels, 1996: 146-149.

na reorganização internacional que resulta do desmoronamento do sistema bipolar que dominou a segunda metade do século XX.

CONSTRUTIVISTAS, PRIMORDIALISTAS E REVISIONISTAS

Estudos sobre nacionalismo são, frequentemente, estudos sobre nacionalismos específicos seguidos de extrapolações mais ou menos bem conseguida de determinadas linhas de força que passam então a ser consideradas como características do nacionalismo em geral, ou de uma determinada categoria de nacionalismos. O resultado é que há quase tantas abordagens e classificações do nacionalismo como nacionalismos: cada caso específico provoca uma tentativa de reapreciação teórica. Esta multiplicidade de análises não se presta facilmente a uma taxonomia bem delineada mas a proposta que se desenvolve nesta secção é que é útil – por razões que espero tornar claras – pensar em três tipos genéricos de abordagens, que podemos respectivamente apelidar de ‘construtivistas’, ‘primordialistas’ e ‘revisionistas’¹⁹.

- (i) Dá-se por adquirido, em boa parte da literatura sobre as origens do nacionalismo, que esse é um fenómeno cuja génese está intimamente imbricada com o alvorecer da modernidade e com o desenvolvimento do capitalismo²⁰. Em toda esta literatura atribui-se um papel de primeira importância às estruturas políticas – o estado – na criação da nação. Hobsbawm, como sempre, tem o mérito de tornar explícito aquilo que em outros autores se pode ler nas entrelinhas: “*Nations do not make states and nationalisms but the other way round*”²¹.

Nesta óptica, interpretações nacionalistas, para as quais o estado é fruto de um lento processo no qual as nações despertam e se realizam politicamente através do estado-nação, podem ser considerados em si mesmo como exemplos da importância do desenvolvimento da ideia

19 Utiliza-se por vezes outra terminologia mas em termos substanciais a distinção entre as primeiras duas categorias é já clássica. Quanto à terceira categoria, cujo nome é sugerido por Hastings (1997: 1), só mais recentemente começa a ser identificada de forma clara – por exemplo no livro de Comaroff e Stern – embora estes insistam em considerar tratar-se de uma versão mais sofisticada do primordialismo (Comaroff e Stern, 1995: 5).

20 O grande impulsionador desta linha de pensamento foi Elie Kedourie (*Nationalism*, 1960). Depois de Kedourie, cada um à sua maneira, Anderson (1983), Gellner (1983, 1998), Hobsbawm (1992) e outros consolidaram a ligação entre modernidade, capitalismo e nacionalismo.

21 Hobsbawm, 1992: 10.

de uma herança comum para a consolidação do estado-nação da era moderna. Ou seja, o discurso nacionalista é constitutivo da nação; a nação é sempre um processo em curso e nessa medida tem de ser compreendida em função das pressões económicas, políticas, sociais, psicológicas e outras que se exercem sobre um grupo social, mas também em função da eficácia do discurso nacionalista na fixação da identidade nação-estado. Na feliz expressão de Benedict Anderson, é necessário, em primeiro lugar, imaginar comunidades para depois lhes dar vida e realidade²².

Não se trata, como é evidente, de ficcionar um passado de forma aleatória, mas antes de moldar uma noção de herança nacional entre outras possíveis, favorecendo para tal leituras que sublinhem e projectem para um passado mais ou menos remoto, numa linha de continuidade e unidade, a ideia da comunidade nacional que se defende para o presente²³. O perspicaz Renan, com um século de avanço, entendeu aquilo que é hoje um lugar comum:

*L'oubli et je dirai même l'erreur historique, sont un facteur essentiel de la formation d'une nation et c'est ainsi que le progrès des études historiques est souvent pour la nationalité un danger*²⁴.

Por outras palavras, a nação deve ser entendida como uma identidade social que ganha corpo através de um processo de auto-reconhecimento, que por sua vez é uma resposta à transição para a modernidade. Esta transição, que inclui alterações fundamentais a nível de crenças filosófico-religiosas e a nível das estruturas socio-políticas, acontece em ritmos diferentes em regiões diferentes, ocasionando um processo de homogeneização que pode ser muito ou pouco forçado, e que pode obedecer a dinâmicas internas à sociedade ou impostas pelas cúpulas²⁵. Segundo esta lógica, a intervenção dos estados é sempre um factor importante na consolidação das nações, irrespectivamente das características das identidades sociais premodernas no território sobre o qual o estado reivindica soberania.

22 Anderson, 1983.

23 Repare-se que isto pressupõe a coexistência de componentes objectivas e subjectivas em qualquer identidade nacional, desautorizando críticas que, por resultarem de uma leitura superficial, se baseiam na ideia incorrecta de que as propostas de Hobsbawm, Anderson ou mesmo Renan sugerem que uma nação nunca é mais que um produto de ideologias nacionalistas.

24 Ernest Renan (1882), *Qu'est que c'est une nation?*, citado em Hobsbawm, 1992: 12.

25 Anderson 1983: capítulos 2 e 3.

- (ii) O primordialismo atribui às nações (ou a nações específicas) uma essência própria para além das contingências históricas, um *volkgeist* cujas raízes estão misticamente alicerçadas nas “brumas da memória”. Para estes herdeiros de Herder, a nação é algo de transcendental cujo significado se situa para além do estado e para além do meramente social²⁶. Nesta perspectiva a consciência identitária do grupo resulta de uma cultura partilhada, e acaba por ser simultaneamente justificação e fundamentação, irreduzíveis, para a expressão de interesses inevitavelmente comuns. Estas teses, na sua essência místicas, usufruem hoje de pouca credibilidade nos meios académicos, mas sublinha-se que esta marginalidade científica não deve ser confundida com irrelevância política. Num momento de lucidez Mussolini captou perfeitamente a forma como o primordialismo se desinteressa pelos cânones académicos, sublinhando que tem de ser entendido enquanto praxis política:

Criámos o nosso mito. O mito é uma fé, é uma paixão. Não é necessário que seja verdade. Torna-se realidade pelo facto de que constitui um bem, uma esperança, uma fé, isto é, coragem. O nosso mito é a Nação, o nosso mito é a grandeza da Nação! É este mito, esta grandeza, que queremos traduzir em realidade plena, é a ele que subordinamos tudo o resto²⁷.

A citação de Mussolini poderia dar a entender que o primordialismo não tem expressão fora de contextos nacionalistas extremos, mas nada seria mais falso. Existe nesta matéria uma enorme distância a separar os meios académicos da *vox populi*, exemplificada pela facilidade com que boa parte da comunicação social ou dos meios políticos recorre, inconscientemente, a explicações primordialistas sempre que são confrontados com fenómenos nacionalistas²⁸. Podemos interpretar a persistência do primordialismo como mais um testemunho da profundidade com que identidades nacionais marcam a era em que vivemos.

A clara vitória académica de construtivistas sobre primordialistas não resolve no entanto, de uma vez por todas, a questão do nacionalismo. Pelo contrário, o nacionalismo tem sido, ao longo das últimas três décadas, objecto de um profícuo debate académico, reflexo da sua

26 Aliás, Delannoi recorda que o nacionalismo de Herder é anti-estatal, tratando-se de um apelo à resistência contra as tentativas hegemónicas do estado (Delannoi, 1991: 13).

27 Mussolini citado por Lawson (1995: 84).

28 Comaroff e Stern (1995: 8-9) reflectem sobre este facto.

presença renovadamente poderosa no plano das relações internacionais²⁹. Se está claramente arredada a ideia primordialista da nação, persiste alguma malaise em relação às teses mais funcionalistas de alguns autores construtivistas. Vale a pena salientar a este respeito Anthony Smith que, ao longo de duas décadas, tem combatido por convencer os seus leitores das origens étnicas de nações, e, mais recentemente, um notável pequeno livro de Adrian Hastings que investiga as origens pre-modernas de nacionalidade³⁰.

Ao contrário dos primordialistas, os revisionistas situam o aparecimento de nações e de nacionalismo claramente no campo social e, tal como nos diz o próprio Hastings, derivam muitas ideias dos “mestres do modernismo”³¹. Dito isso, a questão essencial que distingue construtivistas de revisionistas é a da periodização com que tratam o tema. Para os primeiros, todo o ênfase é colocado na centralidade da transição para a modernidade, muito embora haja entre eles diferenças importantes quanto aos aspectos específicos dessa transição que privilegiam como estímulos para o aparecimento de nações e nacionalismo³². Já Smith e Hastings preferem estudar as raízes mais longínquas do fenómeno. Vale a pena, mesmo que sumariamente, reflectir sobre as abordagens preferidas por estes dois autores. Segundo Smith, a nação é uma criação do estado moderno e do sistema de estados moderno³³. Aliás, isto resulta da fórmula que ele utiliza para definir a nação:

*Uma determinada população humana que partilha um território histórico, mitos e memórias históricas comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum, e direitos e deveres legais comuns a todos os membros*³⁴.

29 Contrastando com a vivacidade de estudos sobre nacionalismo nas últimas décadas, subscrevemos o argumento de Hobsbawm (1992: 2-5) que aponta para a pobreza de estudos anteriores sobre este tema, fora algumas excepções naturalmente (entre os quais Renan, claro, e Carr, esquecido por Hobsbawm mas lembrado por Gellner).

30 Smith é autor de numerosas obras sobre nacionalismo. A obra de Hastings é mais multifacetada, tendo consagrado o seu mais recente livro à construção de nacionalidades. Ver referências na bibliografia. Há outros autores que podiam ser classificados de revisionistas, referidos especialmente na obra de Hastings mas, para simplificar, esta secção basear-se-à nestes dois autores.

31 Hastings, 1997: 8, 13.

32 Anderson, Gellner, Hobsbawm, Kedourie cabem todos nesta categorização sem qualquer dificuldade.

33 Smith (1985: 312, 1998: 58-59)

34 Smith, 1998: 58.

Para Smith, inequivocamente, é o estado que cria a nação, embora ele tenha também o cuidado de sublinhar que este processo só se pode encetar com base em “elementos étnicos”, que ele admite poderem ser profundamente manipulados pelos forjadores de estados. O nacionalismo estatal cria a nação, tendo por base um núcleo étnico que por sua vez contém uma mescla, diferente em cada caso, de elementos subjectivos e objectivos. O argumento contém alguma circularidade mas Smith defende-se dizendo que etnias e nações são formações distintas e que, para sobreviver, nações têm de se basear em antecedentes étnicos. No entanto, a relação entre nações e etnias é sempre “problemática e incerta”³⁵.

Ao contrário de Hobsbawm e Gellner, cujo gosto pela frase sonante ou a ideia chocante os deixa por vezes reféns da sua prosa, Smith é imensamente cauteloso, recorrendo a cláusulas de excepção sempre que arrisca uma posição mais controversa. Sente-se, no entanto, que toda a sua obra vai no sentido de tentar socorrer o conceito de nacionalidade das garras mais instrumentalistas dos que temos vindo a chamar construtivistas. Para Smith, em última instância, a nacionalidade, baseado na etnicidade, tem uma vida própria em si mesmo que não começa nem se esgota na transição para a modernidade.

Hastings é muito mais explícito quando escreve sobre aquilo que o separa dos que ele chama de ‘modernistas’ (construtivistas na terminologia que temos vindo a utilizar), salientando em primeiro lugar a questão do momento a partir do qual é legítimo falar de nacionalismo³⁶. Para os construtivistas é o final do século XVIII; para Hastings as origens são muito mais longínquas. As consequências desta análise são, segundo Hastings, que a história do nacionalismo tem vindo a ser contada de forma enviesada, na medida em que ao longo dos dois últimos séculos há múltiplos exemplos de nacionalismos que precederam as nações respectivas. Se estudarmos o nacionalismo anterior a esta data de partida³⁷ encontraremos exemplos de nacionalismos que resultam da consciência nacional, invertendo os argumentos de Hobsbawm e Gellner³⁸.

35 Smith, 1998: 60.

36 Hastings (1997: 11).

37 Recorde-se que Hobsbawm até coloca a data de 1780 no subtítulo de um dos seus livros.

38 Uma citação de cada: “Critics who denounce the political movement but tacitly accept the existence of nations do not go far enough. Nations as a natural God-given way of classifying men, as an inherent though long-delayed political destiny, are a myth; nationalism, which sometimes takes pre-existing cultures and turns them into nations, sometimes invents them, and often obliterates pre-existing cultures: that is a reality, for better or worse, and in general an inescapable one” (Gellner, 1983: 48-49). “In short, for the purposes of analysis nationalism comes before nations. Nations do not make states and nationalisms but the other way round.” (Hobsbawm, 1992: 10).

O segundo ponto que separa Hastings dos construtivistas é aquilo que ele considera ser a forma “negativa” como os construtivistas tratam a relação entre etnicidade e nacionalidade. Na óptica de Hastings, os construtivistas consideram que etnicidades se transformam ou não em nacionalidades segundo lógicas circunstanciais, quase aleatórias, enquanto que ele próprio prefere ver nisso mérito intrínseco, particularmente na ligação que ele postula entre a transição da comunicação oral para a comunicação escrita³⁹. Finalmente, Hastings desenvolve um modelo alternativo no qual atribui importância determinante ao papel da religião e, em especial, da Bíblia.

Merecem repetição as advertências feita de início sobre esta minha proposta de classificação das formulações teóricas sobre nacionalismo: em primeiro lugar, é uma entre muitas possíveis, havendo quem avance com propostas alternativas; segundo, serão com certeza muitas as obras que dificilmente se encaixam numa ou noutra categoria⁴⁰. Feita esta ressalva, considero que se trata de um passo essencial para que possamos avançar para a etapa seguinte, que consiste em clarificar a relevância para a actualidade destes debates teóricos.

Os debates teóricos são na verdade fundamentais, pois é deles que dependem as nossas capacidades de compreender as diversas facetas do nacionalismo neste final do século XX. Recorrendo ao artifício dos tipos ideais weberianos, podemos colocar a questão de forma límpida, admitindo que a complexidade do mundo real, e a riqueza das obras citadas, acabe por tornar a distinção muito mais texturada. Assim, se o nacionalismo é fruto da modernidade, e da forma como os estados modernos procuraram moldar as populações consoante as suas necessidades de participação num sistema internacional em construção, é a nível das transições de enquadramento internacional que temos de

39 Ligação que é tratada também por Anderson, embora de forma distinta. Comparar Anderson, 1983: capítulo 3 e Hastings, 1997: capítulo 2.

40 Existem mesmo abordagens disciplinares que exigiriam toda uma outra classificação. Considere-se, por exemplo, a forma como Comaroff e Stern (1995: 6) descrevem o recente surto de estudos sobre nacionalismo vindo da psicologia social: *“Like orthodox primordialism, the social psychological perspective is often ahistorical; treats the sociopolitical context and the content of particular cultures as just so much background; it is concerned with putatively universal, essential human characteristics; and concentrates on emotion, sentiment and cognition. Unlike primordialism, however, it does not presume that the human need to identify necessarily attaches to ethnic or national groups.”* Trata-se de uma abordagem radicalmente diferente da historicidade profunda que caracteriza o trabalho de Hastings, mas que nesta proposta classificatória só poderia caber na mesma categoria.

procurar compreender os novos nacionalismos do final do século XX. Se o nacionalismo for visto como a manifestação política de sentimentos de comunidade profundamente ancorados na premodernidade, então só pode ser compreendido no contexto da trajectória histórica de um povo, entendido como um grupo cuja consciência colectiva persiste para além de transformações sociais, políticas ou económicas. Destas duas perspectivas resultam leituras da actualidade que em boa medida se podem considerar opostas.

A proposta que será fundamentada na secção seguinte é que o vigoroso ressurgimento de nacionalismos na Europa depois da derrota do modelo protagonizado pela União Soviética deve ser entendido através de uma leitura ancorada no modelo Gellneriano, mas que preste especial atenção à articulação específica entre as forças que contribuem para a transformação de longo prazo da sociedade e as dinâmicas políticas de curto prazo. Aceita-se, no entanto, o argumento de Hastings quanto à atitude de desprezo com que a tradição construtivista tem abordado o fenómeno da etnicidade. Considera-se que esta componente é essencial para uma boa compreensão da natureza dos nacionalismos que actualmente dominam o panorama político do centro e leste europeus.

O NACIONALISMO E A GUERRA FRIA

Foi já feita uma breve alusão ao aparecimento do conceito de nacionalidade enquanto elemento legitimador de estados no sistema internacional, um aparecimento que é simbolicamente representado pelas propostas de Woodrow Wilson para a Conferência de Versalhes. Este elemento de legitimação nunca chegou a ser repudiado pela generalidade de estados e sistemas políticos, mas a verdade é que a instabilidade internacional dos anos vinte e trinta, e os horrores praticados pela Alemanha Nazi em nome de um nacionalismo étnico extremo, resultaram no profundo descrédito do nacionalismo na ordem política internacional pós-1945. Surgindo como força política no momento em que a Revolução Industrial, e os novos padrões de comércio, obrigam a pensar em formas de redistribuir poder e incorporar sectores mais alargados das populações como participantes nos pactos políticos em muitos países da Europa ocidental, o nacionalismo caiu em decadência enquanto instrumento de legitimação

de estados duas décadas depois de ter sido consagrado como o caminho para um futuro de harmonia internacional⁴¹.

A questão fundamental que está nas origens dos movimentos nacionalistas – qual é a comunidade política e quem participa nela – é tratada a seguir à Segunda Guerra Mundial de forma diferente. Primeiro, com o auxílio de migrações forçadas em várias partes do mundo, procurou-se corrigir os casos mais gritantes de conflitualidade étnica; depois, com um consenso quanto à desejabilidade de congelar fronteiras, liberais e comunistas procuraram cada um impor a sua solução no que diz respeito à forma de participação das populações na vida política da sociedade. Para ambas estas ideologias o nacionalismo era visto como algo de negativo que deveria ser desencorajado.

Um dos aspectos mais notáveis das décadas da Guerra Fria foi justamente a forma como se conseguiu evitar ou superar desafios nacionalistas à ordem territorial. Fora alguns casos muito pontuais de revisão de fronteiras, entre 1945 e 1991 só se verificou uma instância de criação de um novo estado que não fosse o resultado directo de processos de descolonização. Ensaaiaram-se algumas reivindicações de secessão e de irridentismo, nalguns casos de forma muito sangrenta, mas o caso muito especial do Bangladesh – em que não havia contiguidade territorial com o Paquistão – tornou-se a excepção que confirma a regra. Entretanto, no contexto das Nações Unidas e do processo evolutivo do direito internacional, o princípio da autodeterminação dos povos foi *de facto* entendido e tratado não como a expressão jurídica do nacionalismo, mas antes como a condenação do colonialismo⁴².

Cabe aqui sublinhar que o processo de descolonização, internacionalmente legitimado por via do princípio da autodeterminação dos povos, tem originado alguma confusão terminológica. Os movimentos anti-coloniais são apelidados de movimentos nacionalistas, mas em quase todos os casos trata-se de um termo que não tem qualquer fundamentação étnica. Na grande maioria dos casos as populações em causa têm em comum apenas a experiência colonial, e muitas vezes o poder colonial é exercido de forma diferenciada dentro de uma mesma colónia, seguindo as divisões étnicas que convinham ao poder colonial. Assim, a experiência

41 Apesar do fatalismo e do romanticismo com que tratava o conceito de nacionalidade, Herder acreditava numa convivência harmoniosa de nações. Ver a discussão a este propósito em Calleo, 1995: 17-19.

42 Ver Mayall, 1990: capítulos 2 e 4.

colonial serve muito imperfeitamente para criar um espírito de comunidade entre a população colonizada, e o combate anti-colonial funciona da mesma maneira, como um processo, mais ou menos superficial, de criação desse espírito de comunidade.

Na realidade, os movimentos anti-coloniais eram nacionalistas só no sentido em que se propunham, através da sua luta e da sua posterior governação, *criar* a nação. Isaiah Berlin sublinhou a importância da adversidade na criação de um sentimento de comunhão política e de identidade nacional, e terá sem dúvida razão em muitos casos⁴³. Mas quando essa adversidade é interpretada à luz de tradições e experiências históricas diferenciadas, os pontos de comunhão acabam por ser frágeis. É esta a experiência do nacionalismo em grande parte do mundo descolonizado.

O mundo bipolarizado da Guerra Fria forneceu portanto um ambiente hostil ao nacionalismo, apesar de ter sido testemunho de uma expansão sem precedentes do número de estados independentes. Esta expansão realizou-se sempre no contexto da divisão territorial já existente em 1945, através da conquista do estatuto de soberania por parte de territórios colonizados. Com o fim da Guerra Fria o nacionalismo reapareceu e o debate que se coloca gira em torno da natureza deste reaparecimento: será uma resposta actualizada às novas condições do mundo, ou será antes que o nacionalismo nunca desapareceu, sendo apenas suprimido?

O ponto de partida deste processo na Europa residiu no coração do continente, na Alemanha. A reunificação alemã representou a aceitação pela comunidade internacional do princípio do nacionalismo étnico, pois que outra justificação existe para a reunificação?⁴⁴ Do ponto de vista da participação cívica nada impedia a continuação de dois estados alemães, e toda a lógica económica apontava para a insensatez da unificação. Aconteceu no entanto a unificação porque falou mais alto o imperativo do nacionalismo étnico, e recorda-se que poucos se lembraram na altura de questionar o sentido desta transição histórica. Parecia incontestável, mais do isso, parecia uma reparação de uma grave injustiça histórica. Não é coincidência que o próprio conceito de cidadania na Alemanha derive da noção de *jus sanguinis*: um turco nado e criado na Alemanha nunca terá direito a cidadania, enquanto que uma pessoa que nunca na vida saiu da

43 Berlin, 1972.

44 Schöpflin, 1995: 58.

Sibéria, mas cujos antepassados são de origem alemã, pode obter cidadania alemã.⁴⁵ A partir da reunificação alemã, o princípio da etnicidade enquanto base de legitimação do estado voltou a ter a relevância que perdera em 1945.

NACIONALISMOS APÓS A GUERRA FRIA

O percurso do nacionalismo na Europa Central e do Leste nos anos que se seguiram é bem conhecido: os regimes comunistas caíram sem excepção, e por todo o lado manifestaram-se nacionalismos étnicos vigorosos. Sem querer ser exaustivo, vale a pena recordar o divórcio com declaração amigável entre a República Checa e a Eslováquia; a terrível guerra que fragmentou a Jugoslávia; as relações de conflitualidade entre a Hungria e três vizinhos (Sérvia, Roménia e Eslováquia); as independências nos Países Bálticos e os problemas que dois deles (Estónia e Letónia) têm com minorias russas na ordem dos 30% da população; a existência de importantes minorias insatisfeitas na Ucrânia e por todo o Cáucaso; o problema do Kosovo, etc. A existência de minorias étnicas não é em si uma questão nova – sempre existiram em quase todos os países. O que é novo é a virulência, internacionalmente legitimada, ou pelo menos tolerada, do discurso e das soluções que têm como recurso fundamental o nacionalismo étnico.

Se existe efectivamente algo de novo nestes novos nacionalismos é no equilíbrio entre nacionalismo étnico e nacionalismo cívico que o vamos encontrar, e é nos países que foram dominados por regimes comunistas que se torna mais clara a importância do nacionalismo étnico. Nesta parte final do artigo propomo-nos aprofundar um pouco melhor a experiência das sociedades pós-comunistas no intuito de encontrar pistas que ajudem a explicar a força que movimentos nacionalistas actualmente têm nesses países.

Não se pretende sugerir que o nacionalismo étnico só existe nos países anteriormente comunistas. Basta olhar para a crescente importância política de nacionalismos étnicos na França (a Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen), Bélgica (Vlaams Blok), Canadá (Parti Québécois), entre outros, para perceber que também nos países com uma longa experiência democrática este tipo de

45 Ignatieff, 1993: capítulo 2; Fijalkowski, 1996.

apelo político pode ganhar aderentes. Por limitações de espaço não nos é possível aqui desenvolver propostas teóricas sobre estes nacionalismos, mas o argumento que se irá desenvolver sobre as sociedades pós-comunistas pode oferecer indicações úteis para a análise do nacionalismo étnico em sociedades democráticas, nomeadamente a nível da excessiva rigidez dos sistemas políticos perante sociedades em mutação.

Após quatro décadas de percursos paralelos impostos, os países de Centro e Leste Europeu que viveram sob regimes comunistas dissolveram alegre e facilmente as instituições (Pacto de Varsóvia, Comecon e outros) que representavam os traços de união entre eles. Para muitos observadores da época este processo foi interpretado como um regresso à história própria de países que, sem terem sido colonizados, viviam sob jugo estrangeiro. Menos de uma década mais tarde aquilo que impressiona (embora com algumas excepções) é a forma como continuam a viver experiências paralelas, agora dominadas pelas dificuldades de profunda reorganização socio-política e económica. Por quase todo o antigo bloco comunista estas dificuldades reflectem-se em processos paralelos de exacerbação nacionalista.

Desde logo, esta evidência sugere que, sem negar especificidades (históricas, culturais, políticas, demográficas, etc.), será proveitoso examinar a natureza dos regimes comunistas para construir hipóteses sobre os novos nacionalismos nessa parte da Europa. Ideologicamente, o comunismo era avesso ao nacionalismo. Sabemos que na prática a experiência não foi tão linear: a transformação, operada por Estaline, da guerra contra a Alemanha Nazi numa “guerra patriótica” é apenas o exemplo mais famoso da forma como na prática a força do nacionalismo foi utilizada pelos regimes comunistas. Mas a incompatibilidade permanecia e a generalidade dos regimes teve o cuidado de controlar rigidamente manifestações de nacionalismo, até porque em muitos casos esses sentimentos seriam hostis à União Soviética⁴⁶.

Um outro aspecto genérico do comunismo foi a sua tentativa de esvaziar a sociedade civil de qualquer autonomia em relação ao Partido/Estado, dentro do qual o poder judicial, executivo e legislativo estavam fundidos. Este processo de monopolização e controle de todas as forças sociais nunca foi perfeito, nem nos regimes mais totalitários, mas em todos os

⁴⁶ Os casos da Jugoslávia e da Roménia, devido à sua autonomia em relação à União Soviética, são diferentes.

casos enfraqueceu severamente a sociedade, instituindo tanto para o regime como para a população em geral uma lógica binária: ou se apoiava o regime ou se era contra o regime. O meio termo e as nuances não eram possíveis porque não se toleravam mecanismos que não fossem controlados pelo Partido/Estado.

O colapso dos regimes comunistas foi também o colapso dos únicos mecanismos de resolução de questões políticas que se conheciam há quatro décadas, ou sete no exemplo da União Soviética. Na maior parte dos casos, mesmo olhando para um passado mais longínquo, não havia qualquer memória de resolução de litígios dentro da sociedade que fosse orientada pela noção de pertença a uma comunidade cívica, unida em torno de instituições e metodologias de discussão política aceites pela generalidade da população. Entretanto, durante as décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, todos os países comunistas tinham passado por um processo de industrialização e urbanização – enfim, a modernidade – com o resultado de serem sociedades radicalmente diferentes e mais complexas do que antes do comunismo. Eram ao mesmo tempo sociedades praticamente despidas de mecanismos que os fizessem funcionar como uma unidade orgânica a partir do colapso dos mecanismos totalitários do período comunista⁴⁷.

Já foi feita uma alusão ao facto do nacionalismo, durante a era comunista, não ter desaparecido por completo. Efectivamente, todos os regimes comunistas utilizaram sentimentos nacionalistas de alguma forma para fortalecer os alicerces do seu poder, mesmo que isso fosse contraditório com a ideologia oficial do regime. Neste contexto, surge um aspecto que é importante para o período pós-comunista: um dos poucos canais ainda abertos para a negociação entre sociedade e estado era justamente a reivindicação étnica, muito embora normalmente *sotto voce*. A maioria dos países do bloco comunista eram multi-étnicos e os regimes no poder procuraram normalmente manter algum equilíbrio étnico, dentro de limites cuidadosamente controlados. Assim, uma postura de nacionalismo étnico moderado representava uma forma tolerada de manifestar um certo grau de autonomia em relação ao estado, e uma das raras possibilidades de participação política. Na União Soviética e na Jugoslávia

⁴⁷ Só as igrejas, e em especial a Igreja Católica na Polónia, conseguiram de alguma forma manter canais paralelos de participação. Trata-se de um aspecto extremamente interessante para a história política do pós-comunismo, cuja discussão vai para além dos objectivos deste artigo.

especialmente⁴⁸, estas manifestações provocavam frequentemente respostas conciliadoras por parte do regime, levando a que se tomasse em conta factores étnicos aquando de promoções ou distribuição de recursos. Resumindo a herança a este nível do comunismo, as sociedades da Europa do Leste chegaram a 1989 sem experiência de participação cívica e com um conceito de nacionalismo que era quase exclusivamente étnico. Num contexto de súbito desaparecimento da autoridade estatal e de urgente necessidade de reestruturar a sociedade o discurso nacionalista étnico parecia oferecer soluções lógicas, rápidas e fáceis. Se o primeiro passo de qualquer comunidade política reside na definição de quem é membro e quem fica excluído, o nacionalismo étnico oferecia uma resposta imediata. Enquanto que o estabelecimento de mecanismos políticos consensuais para a resolução de litígios é um processo moroso, o estabelecimento de um código de inclusão e exclusão utilizando a etnicidade pode ser implantado quase instantaneamente. Quando uma profunda reestruturação socio-económica implica uma redefinição de regras, favorecendo alguns e marginalizando outros, a etnicidade pode parecer uma bóia de salvação num contexto de emergência.

A enorme instabilidade socio-política que se vive nos países ex-comunistas é um terreno extremamente fértil para o desenvolvimento de ideologias exclusivistas, e a lógica maniqueísta do comunismo sobrevive intacta, com novos pontos de referência, no nacionalismo étnico. Neste sentido não constitui surpresa que, por toda a Europa Central e do Leste, os herdeiros dos partidos comunistas tenham adoptado precisamente a bandeira da etnicidade. Na Eslováquia, na Bulgária, na Roménia, na Sérvia, na Croácia, na República Checa e na própria Rússia testemunhamos o aparecimento daquilo que Schöpflin chamou chauvino-comunismo⁴⁹.

Não há, infelizmente, indícios de estarmos perante uma fase do desenvolvimento político das sociedades pós-comunistas que se irá esgotar perante o desenvolvimento de mecanismos mais pacíficos e tolerantes de participação cívica. Pelo contrário, os exemplos que temos dos casos mais extremos – a Sérvia, por exemplo – indicam que o nacionalismo étnico tem uma enorme capacidade de se alimentar a si mesmo. O naufrágio da economia sérvia não é localmente visto como prova de que a etnicidade

48 Sobre a "microgestão de relações interétnicas" na União Soviética, ver Tishkov, 1996; sobre o malabarismo étnico na Jugoslávia de Tito ver Djilas, 1995 e Denitch, 1994: 36-40.

49 Schöpflin, 1995: 64.

não é um critério útil para a resolução de problemas económicos, mas antes como prova da existência de uma cabala global que vitimiza os sérvios, reforçando as teses mais ultramontanas do nacionalismo étnico sérvio. A discriminação de minorias étnicas reduz a vontade de participação cívica dessas minorias e provoca o desenvolvimento de nacionalismos irridentistas ou secessionistas, consolidando ainda mais a identidade étnica exclusivista do regime.

Este artigo não tem como objectivo o desenvolvimento de respostas internacionais às depredações do nacionalismo étnico nas sociedades pós-comunistas, mas o raciocínio aqui desenvolvido sugere que uma linha de pensamento útil, para quem tiver responsabilidades nesse domínio, pode ser a aposta no desenvolvimento de ligações económicas, sociais e políticas que introduzam lógicas não-étnicas. Qualquer sociedade complexa necessita de uma gama alargada de expressões identitárias para responder à diversidade de contextos com as quais é necessário lidar. O nacionalismo étnico olha de soslaio a qualquer identidade que não seja a étnica, enquanto que o nacionalismo cívico depende da convivência de múltiplas formas identitárias na sociedade. Por outras palavras, será essencial encorajar o fortalecimento dos mecanismos da sociedade civil que permitem e interpretam o pluralismo.

CONCLUSÃO

Regressando ao debate entre construtivistas, primordialistas e revisionistas, cremos ser agora possível fundamentar melhor uma opção teórica. As teses primordialistas serviram de fontes de inspiração para o discurso nacionalista étnico nas sociedades pós-comunistas. Assim, enquanto que Michael Ignatieff, entre outros, explica como vizinhos se transformaram em inimigos na antiga Jugoslávia de dia para a noite, os propagandistas de cada lado e boa parte da comunicação social menos atenta difundiu a ideia de inimizades antigas e insuperáveis que se manifestavam desde os tempos mais remotos⁵⁰.

A ideia é poderosa, essencialmente porque explica com facilidade algo que na realidade é muitíssimo mais complexo. Uma leitura mais cuidadosa obriga a tentar compreender as dinâmicas sociais que provocam,

50 Ver Ignatieff, 1993, capítulo 1.

aparentemente de repente, estas explosões nacionalistas, e quando ençetamos esse caminho é-nos impossível evitar as consequências, a nível da organização das sociedades, de décadas de comunismo e do seu súbito desaparecimento. Ao interpretar o nacionalismo como uma resposta aos desafios da modernidade, Gellner terá sem dúvida razão em muitos casos, mas é também essencial compreender que o comunismo foi simultaneamente uma resposta e um motor da modernidade. Quando se retira, num relâmpago toda a estrutura social imposta pelo comunismo, nada resta senão a etnicidade, que vai beber às suas fontes mais remotas para se justificar. Hastings oferece um contributo importante quando declara que a existência destas fontes é precisamente aquilo que permite que o nacionalismo se desenvolva com as características específicas que em cada caso tem.

Por outras palavras, e com o devido respeito pelo enorme contributo que deu à compreensão do nacionalismo, temos de concluir que Hobsbawm omite aspectos fundamentais do nacionalismo quando o declara moribundo. Aquilo que nos permite, no entanto, não ter uma visão completamente pessimista do nacionalismo no final do século XX, é a noção das funções úteis do nacionalismo cívico num mundo em profunda mutação. A natureza multifacetada e a polivalência do nacionalismo, só nos permitem condenar nacionalismos específicos, e nomeadamente aqueles que são na sua essência étnicos e que militam contra o desenvolvimento do nacionalismo cívico. O nacionalismo cívico, por outro lado, e não o desaparecimento do nacionalismo, acaba por ser porventura a nossa melhor esperança de um mundo mais tolerante.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Alter, Peter (1989, original 1985), *Nationalism*, London: Edward Arnold.
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined Communities*, London: Verso.
- Berlin, Isaiah (1972), "The Bent Twig: On the Rise of Nationalism", em Isaiah Berlin (1990), *The Crooked Timber of Humanity*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- David P. Calleo (1995), "Reflections on the Idea of the Nation-State", in Charles A. Kupchan, ed., *Nationalism and Nationality in the New Europe*, Ithaca: Cornell University Press, pp. 15-36.

Cassels, Alan (1996), *Ideology and International Relations in the Modern World*, London: Routledge.

Comaroff, John L. & Paul C. Stern (1995), "New Perspectives on Nationalism and War", in John L. Comaroff & Paul C. Stern, eds, *Perspectives on Nationalism and War*, Amsterdam: Gordon and Breach Publishers, pp. 1-13.

Delannoi, Gil (1991), "La Théorie de la Nation et ses Ambivalences", in Gil Delannoi et Pierre-André Taguieff (dir.), *Théories du Nationalisme: nation, nationalité, ethnicité*, Paris: Éditions Kimé.

Denitch, Bogdan (1994), *Ethnic Nationalism: The Tragic Death of Yugoslavia*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

Djilas, Aleksa (1995), "Fear Thy Neighbour: The Breakup of Yugoslavia", in Charles A. Kupchan, ed., *Nationalism and Nationality in the New Europe*, Ithaca: Cornell University Press, pp. 85-106.

Fijalkowski, Jürgen (1996), "Aggressive Nationalism and Immigration in Germany", in Richard Caplan & John Feffer, eds, *Europe's New Nationalism: States and Minorities in Conflict*, Oxford: Oxford University Press, pp. 138-150.

Gellner, Ernest (1993), *Nations and Nationalism*, Oxford: Blackwell.

Gellner, Ernest (1998, original 1994), *Dos Nacionalismos*, Lisboa: Teorema.

Hastings, Adrian (1997), *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*, Cambridge: Cambridge University Press.

Hobsbawm, Eric (1992), *Nations and Nationalism Since 1780: programme, myth, reality*, Cambridge: Cambridge University Press, 2nd edition.

Hobsbawm, Eric (1994), *Age of Extremes: the Short Twentieth Century, 1914-1991*, London: Abacus.

Hutchinson (1987) "Cultural Nationalism and Moral Regeneration", reproduzido em Hutchinson, John & Anthony D. Smith, eds., (1994), *Nationalism*, Oxford: Oxford University Press, pp. 122-131.

Hutchinson, John & Anthony D. Smith, eds., (1994), *Nationalism*, Oxford: Oxford University Press.

Ignatieff, Michael (1993), *Blood and Belonging: Journeys into the New Nationalism*, New York: The Noonday Press.

Kramer, Martin (1993), "Arab Nationalism: Mistaken Identity", *Daedalus*, vol.122, no.3, pp. 171-206.

Lawson, Stephanie (1995), "The Authentic State: History and Tradition in the Ideology of Ethnonationalism", in Joseph. A. Camilleri, Anthony P.Jervis & Albert J. Paolini, eds, *The State in Transition: reimagining political space*, London: Lynne Rienner, pp. 77-90.

Mayall, James (1994), "Nationalism in the Study of IR", in A.J.R.Groom & Margot Light, eds, *Contemporary International Relations: a guide to theory*, London: Pinter.

Porter, Bruce D. (1994), *War and the Rise of the State: the military foundations of modern politics*, New York: The Free Press.

Schama, Simon (1989), *Citizens: a Chronicle of the French Revolution*, New York: Vintage Books.

George Schöpflin (1995), "Nationalism and Ethnicity in Europe, East and West", in Charles A. Kupchan, ed., *Nationalism and Nationalities in the New Europe*, Ithaca: Cornell University Press, pp. 37-65.

Smith, Anthony D. (1985), "Ethnic and Nation in the Modern World", *Millennium*, vol.14, no.2, pp. 127-142.

Smith, Anthony D. (1986), *The Ethnic Origins of Nations*, Oxford: Blackwell.

Smith, Anthony D. (1997, original 1991), *A Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva.

Taylor, Peter J. (1993), *Political Geography: world-economy, nation-state and locality*, London: Longman.

Tilly, Charles (1995), "States and Nationalism in Europe, 1492-1992", in John L. Comaroff & Paul C. Stern, eds, *Perspectives on Nationalism and War*, Amsterdam: Gordon and Breach Publishers, pp. 187-204.

Tishkov, Valery (1996), "Post-Soviet Nationalism", in Richard Caplan & John Feffer, eds, *Europe's New Nationalism: States and Minorities in Conflict*, Oxford: Oxford University Press, pp. 23-41.